

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia 7ª Região – CRPRS, criado pela Lei 5.766/71, constitui uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, e tem por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe.

O CRPRS tem jurisdição em todo o estado do Rio Grande do Sul e sede em Porto Alegre.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Processo de convergência às novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Portaria nº 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu a STN a competência de promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN nº 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

Diante do exposto, o CRPRS iniciou o processo de convergência a partir de janeiro de 2012 adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, e implantando o novo sistema SISCOCONT.NET.

2.2. Critérios e Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2012, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber, a constituição de ajustes de perdas de créditos e a mensuração dos estoques.

Em janeiro de 2013, foram realizados os ajustes necessários no Imobilizado decorrentes da avaliação inicial, feita pela empresa Unisis Administração Patrimonial e Informática Ltda., de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores, sendo registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

Outro procedimento contábil introduzido em 2013 foi o registro da depreciação, que será detalhado no item 2.3 subitem III letra b.

2.3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2013 foram elaboradas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis instituído pela Resolução CFP nº 010/2007.

I- Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2013 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 6.692.542,16 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 6.299.117,14, apresentando um superávit orçamentário de R\$ 393.425,02.

II- Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2013 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 6.692.542,16) com os extraorçamentários (R\$ 10.261.915,18) que foi de R\$ 16.954.457,34 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 6.312.118,22) e extraorçamentários (R\$ 10.147.299,97) que foi de R\$ 16.459.418,19, apresentando um resultado positivo de R\$ 495.039,15, o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte (R\$ 1.526.129,16) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 1.031.090,01).

III- Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pelo Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias a funcionários e Salário maternidade a ser reembolsado pelo INSS), Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente (Valores de Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções repassados automaticamente ao CFP referente Anuidades de 2014 recebidas em dezembro de 2013).

b) Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis, deduzidos pela Depreciação.

Conforme já descrito no item 2.2, em janeiro de 2013, foram lançados os ajustes decorrentes da avaliação inicial, realizada por empresa especializada, de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores, sendo registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores.

A partir de então, também foi introduzido o procedimento contábil de registro da depreciação com a adoção do método de quotas constantes e a definição da vida útil e do valor residual, para os bens móveis, de acordo com a tabela que consta no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), demonstrado abaixo:

TÍTULO	VIDA ÚTIL (anos)	VALOR RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10	10%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10%
Outros Bens Móveis	10	10%

Os parâmetros definidos para a depreciação dos bens imóveis, de acordo com o laudo técnico de avaliação, foram vida útil de 54 anos e valor residual de 70%.

O Imobilizado apresenta a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
BENS MÓVEIS	522.962,58	957.853,64
Móveis e Utensílios	335.791,13	584.015,84
Máquinas e Equipamentos	87.134,50	106.010,30
Utensílios de Copa e Cozinha	25.794,99	26.866,07
Equipamentos de Processamento de Dados	120.470,43	240.961,43
Outros Bens Móveis	13.826,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-60.054,47	0,00
BENS IMÓVEIS	3.063.974,30	2.523.193,75
Salas	3.081.091,47	2.210.000,00
Instalações	0,00	313.193,75
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	-17.117,17	0,00
TOTAL IMOBILIZADO	3.586.936,88	3.481.047,39

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções a repassar ao CFP), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias) e Demais Obrigações a Curto Prazo (Anuidades Recebidas Antecipadamente e Mensalidade Sindical descontada em Folha de Pagamento a repassar ao Sindicato).

d) Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2013.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2013 demonstra o total do Ativo de R\$ 6.159.917,17 e o total do Passivo de R\$ 659.778,84, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 5.500.138,33, o qual está constituído pelo Superávit do Exercício de R\$ 1.105.823,97, pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$ 4.289.249,06 e pelos Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 105.065,30 (positivo).

IV- Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2013 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 10.889.316,49 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 9.783.492,52, gerando como resultado patrimonial do período um Superávit de R\$ 1.105.823,97.

V- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2013 foi de R\$ 495.039,15, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$ 573.034,98 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$ 77.995,83.

2.4. Fatos relevantes

I- No exercício de 2012, quando foram introduzidos os novos procedimentos em relação aos créditos tributários a receber, reconhecendo, pelo regime de competência, os direitos a receber de anuidades e fundo de seções no início do exercício, e também foram constituídos os ajustes de perdas desses créditos, ao final do exercício, os saldos existentes nestas contas foram zerados, através da reversão do lançamento inicial, devido ao entendimento de que tais direitos referentes ao exercício e não arrecadados, no término do mesmo, deveriam ser baixados e, no início do exercício seguinte, ser reconhecidos os direitos referentes ao novo exercício. No entanto, no exercício de 2013, o procedimento adotado em relação aos saldos existentes nas contas em referência, ao final do exercício, foi de manter os saldos ao invés de zerar, devido à mudança no entendimento de que os direitos referentes ao exercício e não arrecadados, no término do mesmo, devem permanecer evidenciados pelo montante que não foi recebido para, no início do exercício seguinte, transferi-los para as contas adequadas e então reconhecer os direitos do novo exercício. Desta forma, tanto a posição patrimonial quanto as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas das contas

envolvidas nestas transações apresentam uma diferença maior na comparação dos montantes dos exercícios de 2012 e 2013.

3. Considerações Finais

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2013 e a Prestação de Contas do exercício de 2013 serão aprovadas pelo Plenário do CRPRS e enviadas ao CFP para apreciação e julgamento.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2013.

Alexandra M. C. Ximendes
Conselheira Presidente
CRP-07/15021
CPF 776.080.540-34

Zuleika Köhler Gonzales
Conselheira Tesoureira
CRP-07/08721
CPF 498.595.600-72

Aline Clivatti dos Santos
Contadora
CRCRS nº 66.415
CPF 684.530.190-53